

“O estudo dos ricos no Brasil”, de Marcelo Medeiros: Comentários

Claudio Salvadori Dedecca*

Nestes últimos dez anos, tem sido recorrente na literatura econômica brasileira a análise da desigualdade social a partir da dicotomia entre ricos e pobres ou entre estes e os não pobres. O confronto entre os dois pólos da distribuição de renda deixa para segundo plano a análise da estrutura social e de sua dinâmica ao longo do processo de desenvolvimento brasileiro entre os anos de 1930 e 1980 e durante o período prolongado de instabilidade com ausência de crescimento econômico observado nestes últimos 25 anos.

O ensaio de Marcelo Medeiros se incorpora a esta perspectiva, ao debater a desigualdade social realçando os ricos da sociedade brasileira. Ao focar sua análise nestes, explicita a extensão da desigualdade, bem como a necessidade de adoção de políticas redistributivas que alterem a acentuada distância entre os rendimentos de pobres e ricos. A posição defendida encontra razoável consenso na literatura econômica brasileira, independentemente das perspectivas teóricas ou políticas incorporadas nos estudos.

As divergências sobre o tema aparecem quando se avança no debate sobre quais são os desenhos das políticas redistributivas e quais são as condições ou pressupostos econômicos e sociais para que elas possam ser implementadas. No ensaio comentado, o autor não assume explicitamente sua posição sobre o assunto, mas dá pistas sobre sua compreensão de como enfrentar o problema da desigualdade social.

Em um primeiro momento, ele descarta o argumento demográfico, centrado no crescimento da população pobre e no tamanho de suas famílias, como um determinante da desigualdade e da pobreza.

* Professor do Instituto de Economia da Unicamp. E-mail: cdedecca@eco.unicamp.br.

Em seguida, argumenta que “a redução expressiva da pobreza nas próximas décadas baseada apenas no crescimento puro da economia também é uma alternativa pouco viável”. Completa afirmando, a partir de estudo de outros autores, que “o Brasil está entre os países onde o crescimento econômico é menos necessário para redução da pobreza”.

Finalmente, conclui que

[...] políticas redistributivas são um caminho necessário para melhorar expressivamente as condições de vida da massa mais pobre do país nas próximas décadas. A implementação dessas políticas requer conhecimentos sobre as populações a elas diretamente relacionadas.

Ainda segundo o autor, “existem excelentes estudos sobre a população que irá receber recursos, os pobres”.

Recuperando o rol de argumentos encontrado no ensaio, pode-se afirmar que:

- Seus argumentos minimizam fortemente ou quase descartam a necessidade do crescimento para o enfrentamento da desigualdade social no Brasil;
- Privilegiam as políticas distributivas como instrumentos decisivos para atuar sobre a pobreza e a desigualdade;
- E sinalizam que estas políticas devem ser de caráter focalizado nas populações alvo, o que provavelmente exigiria a retração das políticas atuais de corte mais universal, como a de garantia de renda para os idosos.

Analisando a posição do autor, pode-se argüir haver uma contradição forte em seus argumentos. Afinal, ao defender as políticas focalizadas e confrontá-las às políticas de caráter universal, criticando, inclusive, a política de previdência social, o autor reconhece, mesmo que implicitamente, que a dimensão da riqueza nacional produzida hoje no país é insuficiente para dar conta da política social como um todo.

A fragilidade dos argumentos do autor decorre, em primeira instância, da sua postura, que minimiza a importância do crescimento para o enfrentamento da pobreza e da desigualdade social. Sem dúvida, e a experiência brasileira das décadas de 1960 e 1970 atesta, o crescimento *per si* não resolve os problemas sociais. Porém, parece ser ingênuo acreditar que se possa sustentar um conjunto de políticas distributivas robustas

em um contexto de ausência de crescimento do produto *per capita* e sem que se estabeleça uma dinâmica de elevação sustentada da produtividade de longo prazo.

Cabe analisar melhor esta questão. Nos últimos 25 anos, a economia brasileira tem reproduzido um crescimento do produto interno bruto inferior ao incremento da população economicamente ativa. Isto é, o país tem convivido com uma tendência de declínio sistemático da produtividade média social. Ou, em outras palavras, o produto *per capita* gerado por um brasileiro economicamente ativo tem se reduzido ao longo do tempo. Portanto, mesmo que todos os brasileiros ativos auferissem a mesma renda, eles teriam hoje um poder de compra menor que o auferido em 1980.

O efeito da ausência de crescimento tem jogado o Brasil para uma posição desfavorável em termos de renda *per capita* dentre os países em desenvolvimento. Enquanto em 1980 a renda *per capita* brasileira era semelhante à da Coreia, nota-se que hoje ela equivale a menos da metade da renda daquele país.

Portanto, redistribuir renda nas condições atuais da economia brasileira permitirá, no máximo, reduzir o grau de pobreza e diminuir a defasagem em termos de bem-estar da população pobre brasileira em relação à sua correspondente de outros países em desenvolvimento. Mesmo assim, a redistribuição de renda não possibilitaria abrir a perspectiva de ingresso dos pobres brasileiros no padrão de bem-estar que a população de menor renda de outros países alcançou – por exemplo, Coreia, Singapura, Taiwan ou Tailândia.

Ademais, estas políticas não conteriam a tendência de deterioração potencial do bem-estar decorrente do declínio da produtividade média social. Tendência que tem provocado crescente restrição orçamentária às políticas distributivas já existentes.

Explicita-se, portanto, uma outra fragilidade no argumento defendido pelo autor. Mesmo considerando a relevância das políticas distributivas por ele mencionadas, elas tenderiam à inviabilidade em um contexto de queda da produtividade média social. No presente, sua adoção exigiria retração de outras políticas sociais de caráter universal já existentes, para que recursos fossem disponibilizados para o conjunto das

novas ações. Posteriormente, racionalizadas as políticas universais, seria necessário realizar o enxugamento das políticas focalizadas.

Em suma, é preciso reconhecer que o Brasil hoje é um país pobre. Contrariando a imagem expressa pelo ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, somos um país pobre. A desigualdade apenas agrava o grau de precariedade social. A ausência de crescimento destes 25 anos contraiu o excedente econômico por brasileiro ativo, o qual continuou sendo perversamente distribuído. Atuar sobre a desigualdade nestas condições poderá reduzir certa dimensão da pobreza no presente, mas não permitirá superá-la devidamente no longo prazo.

Neste sentido, é preciso reconhecer que o debate sobre a distribuição de renda hoje no país encontra condições econômicas completamente distintas daquelas observadas nos anos 70.

Naquela década, a economia brasileira vivenciava um de seus momentos gloriosos em termos de crescimento econômico e de elevação da produtividade. Havia condições amplamente favoráveis à distribuição de renda, através da implementação de políticas sociais e de fortalecimento das negociações coletivas em favor da elevação do padrão de remuneração do nosso mercado de trabalho. Diversos autores apontaram a necessidade de adoção destes instrumentos distributivos, seja para melhorar a distribuição de renda, seja para criar condições para um ciclo expansivo com maior duração.

Hoje, as condições econômicas são outras, apesar do contexto político mais favorável à adoção das políticas distributivas. Como apontado anteriormente, vivemos uma queda da produtividade média social. Esta tem sido acompanhada da recorrência da elevada desigualdade social, a qual não foi aprofundada nos anos 90 graças às políticas sociais existentes, em especial de garantia de renda aos idosos.

No final da década passada, a participação da remuneração do trabalho na renda nacional havia caído, aproximadamente, 10 pontos percentuais, situando-se no patamar de 32% da riqueza gerada a cada ano no país.

Este movimento não pode ser observado nos dados das pesquisas domiciliares, que medem preponderantemente a renda do trabalho. A queda da participação desta foi acompanhada de um achatamento da estrutura de remunerações do trabalho, impondo, que no presente, o

rendimento médio mensal esteja próximo a R\$ 700,00. Escapa dos resultados destas pesquisas, a maior mudança da distribuição de renda no país ocorrida no período recente: a maior concentração da distribuição funcional da renda. Isto é, a distribuição entre trabalho, capital e governo.

A renda dos mais ricos foi preservada, através da defesa dos valores dos seus ativos de capital e não através da preservação de suas rendas provenientes do trabalho, como, por exemplo, o pró-labore. Este movimento foi possível graças à deterioração do mercado de trabalho brasileiro provocada por uma política econômica que voltou às costas para o crescimento, o emprego e a renda.

O conflito distributivo que nos anos 80 se estabeleceu através do processo inflacionário, se expressa, no presente, via a deterioração do mercado de trabalho, seja pelo desemprego elevado, seja pela desvalorização dos rendimentos nos mercados formal e informal de trabalho.

Portanto, é preciso adotar uma visão mais abrangente sobre a desigualdade na sociedade brasileira atual que extrapole a perspectiva defendida pelo autor, centrada nas políticas sociais focalizadas.

Isto não que dizer que estas não sejam necessárias. Ao contrário, tanto estas políticas como aquelas de dimensão universal são decisivas para atacar a desigualdade e a pobreza existente no país. Porém, o êxito de ambas depende do crescimento e de uma dinâmica da produtividade que permita gerar empregos em ritmo superior ao incremento da população economicamente ativa e, concomitantemente, elevar o excedente gerado por cada brasileiro ocupado.

Se as restrições econômicas não forem removidas, qualquer política social, independentemente de suas características, estará sob ameaça permanente, em razão dos constrangimentos orçamentários crescentes que sobre elas recairão sistematicamente.

Recebido para publicação em junho de 2005.

